Senado federal

–

Audiências Públicas

–

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

Audiência pública INTERATIVA

terça-FEIRA 06/02

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6 – 9h

Assunto / Finalidade: Debater sobre: "O relatório da CPI da Previdência".

Requerimento(s) de realização de audiência: – RDH 178/2017, Senador Paulo Paim

Participantes:

Carlos Silva • Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT

Mauro Silva • Representante da UNAFISCO Associação Nacional

Antônio José de Carvalho Araujo • Juiz Federal e Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE

Paulo Penteado • Assessor Especial da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP

Achilles Linhares de Campos Frias • Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – SINPROFAZ

Guilherme Guimarães Feliciano • Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

Daro Marcos Piffer • Diretor do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – SINAL

Luiz Alberto dos Santos • Consultor Legislativo do Senado Federal e Representante da Sociedade Brasileira de Previdência Social – SBPC

Diego Cherulli • Diretor de Assuntos Parlamentares do IBDP e Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF

Edson Carneiro da Silva (Índio) • Representante da Intersindical–Central da Classe Trabalhadora

Celso Malhani de Souza • Diretor de Aposentados e Pensionistas da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – FENAFISCO

José Devanir de Oliveira • Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil- SINDIFISCO NACIONAL

Saulo Arcangeli • Membro da secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas

Leonardo Trigueiro • Secretaria de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB

Graça Costa • Secretária de Relações do Trabalho da CUT Nacional

Paulo Vitor Bento Onório • Representante da EDUCAFRO

Floriano Martins de Sá Neto • Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

–

–

Comissões

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

REUNIÃO DELIBERATIVA

terça-FEIRA 06/02

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19 – 10h

11- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2016 – Terminativo – Autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf para produtores rurais do Estado de Roraima.
Autoria: Senador Telmário Mota;
Relatoria: Senador Otto Alencar;
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações: 1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável à matéria.

TRAMITAÇÃO: CDRè**CAE**
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Acompanhar
RESULTADO: Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame.

_

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

REUNIÃO de trabalho

terça-FEIRA 06/02

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7–11h

1- **Finalidade:** Definir as diretrizes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o ano de 2018.
RESULTADO: Reunião realizada.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

REUNIÃO Deliberativa

terça-FEIRA 06/02

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15 – 11h30

7- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2016 – Terminativo – Denomina Código Florestal Luiz Henrique da Silveira a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.
Autoria: Senador Dalirio Beber
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações: Em 28/11/2017, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas

TRAMITAÇÃO: CE
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Acompanhar
RESULTADO: Adiado.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE – CMA

REUNIÃO DELIBERATIVA

terça-FEIRA 06/02

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 11h30

2- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014 – Terminativo – Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos
Autoria: Senador Kaká Andrade e privados.
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela rejeição
Observações: 1. Em 23/02/2016, o relatório foi lido; 2. Em 22/8/2017, encerrada a discussão, ficou adiada a votação da matéria. 3. Constou da pauta em 25/4, 2/5, 9/5, 30/5, 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9 e 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017.

TRAMITAÇÃO: CMA
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer

LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO
RESULTADO: Não realizada.

3- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 – Terminativo – Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura.
Autoria: Senador Benedito de Lira
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.
Observações: 1. Em 3/9/2015, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer favorável ao projeto; 2. Em 22/8/2017, lido o relatório, encerrada a discussão, ficou adiada a votação da matéria. 3. Constou da pauta em 30/5, 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017.

TRAMITAÇÃO: CRA**è CMA**
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer

LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO
RESULTADO: Não realizada.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015 – Terminativo – Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.
Observações: 1. Em 6/8/2015, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer favorável ao projeto;
2. Constou da pauta em 25/4, 2/5, 9/5, 30/5, 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017. 3. Em 6/12/2017, foi lido o relatório e iniciada a discussão.

TRAMITAÇÃO: CRA è CMA
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer

6 – Equivocadamente, a legislação brasileira coloca a silvicultura no rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais, o que torna exigível o licenciamento ambiental. O licenciamento, por sua vez, responde pela excessiva burocratização dos processos produtivos frente aos longos prazos requeridos pelos órgãos ambientais, o que inibe o crescimento do setor de florestas plantadas. Impede-se, ainda, o acesso por parte dos silvicultores às modalidades de crédito ofertadas por bancos públicos, além de gerar a cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA).
É importante frisar que a silvicultura atua contra a erosão, a desertificação e o enfraquecimento de solos. Ademais, cabe citar a diminuição da pressão sobre florestas nativas (em busca de matérias primas), o reaproveitamento de terras degradadas, o sequestro de carbono e a proteção de aquíferos.
Não obstante, a silvicultura nacional apresentou ganhos expressivos em 2016. Foram produzidas, em 2016, cerca de 19 milhões de toneladas de celulose, 6 milhões de metros cúbicos de painéis de madeira e 10 milhões de toneladas de papel. A Silvicultura é responsável por aproximadamente 4% das exportações brasileiras.

LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO
RESULTADO: Não realizada.

8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015 – Terminativo – Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030.
Autoria: Senador Jorge Viana
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações: 1. Constou da pauta em 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017; 2. Sendo aprovado na CMA o substitutivo apresentado, a matéria irá para a pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar (RISF, art. 282 combinado com o art. 92).

TRAMITAÇÃO: CMA
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer

LINK PARA RESUMO EXECUTIVO
RESULTADO: Não realizada.

9- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2016 – Terminativo – Altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação, com as emendas que apresenta.
Observações: 1. Constou da pauta em 7/11, 6/12 e 12/12/2017.

TRAMITAÇÃO: CMA
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer

LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO
RESULTADO: Não realizada.

10- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2017 – Terminativo – Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa.
Autoria: Senador José Medeiros
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações: 1. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017.

TRAMITAÇÃO: CMA
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Acompanhar

LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO
RESULTADO: Não realizada.

11-

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2017 – Terminativo – Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, para estabelecer a necessidade de anuência do Estado para criação ou alteração de unidades de conservação em seu território.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela rejeição
Observações: Constou da pauta em 26/9, 10/10, 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017

TRAMITAÇÃO: CMA
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Contrário ao Parecer

LINK PARA RESUMO EXECUTIVO
RESULTADO: Não realizada.

12-

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2013 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura.
Autoria: Senador Benedito de Lira
Relatoria: Senador Cidinho Santos
Relatório: Pela aprovação com as Emendas nº 1-CAE e 2-CAE e mais uma que apresenta.
Observações: 1. Em 9/12/2014, a matéria foi apreciada pela CAE, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1-CAE e nº 2-CAE; 2. Em 6/12/2017, foi lido o relatório. A presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. 3. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017; 4. A matéria ainda vai à CRA, em decisão terminativa.

TRAMITAÇÃO: CAE**è** CMA**è CRA**
CABE VISTA: NÃO
ORIENTAÇÃO: Acompanhar
RESULTADO: Não realizada.

13-

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2014 – Não Terminativo – Altera o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para isentar de imposto de renda a emissão de debêntures de sociedade de propósito específico para implementar projetos de desenvolvimento sustentável.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.
Observações: 1. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017. 2. A matéria vai à CAE, em decisão terminativa.

TRAMITAÇÃO: CMAè CAE
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Acompanhar
RESULTADO: Não realizada.

14- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2015 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Cidinho Santos
Relatório: Pela rejeição
Observações: 1. Em 6/12/2017, foi lido o relatório. A presidência concedeu vista ao senador Humberto Costa. 2. Em 6/12/2017, após a reunião, o senador João Capiberibe apresentou voto em separado pela aprovação do projeto. 3. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017. 3. A matéria ainda vai à CAS e à CRA, em decisão terminativa nesta última.

TRAMITAÇÃO: CMA**è** CAS**è CRA**
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer

LINK PARA RESUMO EXECUTIVO
RESULTADO: Não realizada.

Medidas Provisórias

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 802, DE 2017

REUNIÃO DELIBERATIVA

terça-FEIRA 06/02

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2 – 14h30

Medida Provisória nº 802, de 2017 Secretaria-Geral da mesa 5ª reunião da comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 802, adotada em 27 de setembro de 2017, que “Dispõe sobre o programa nacional de microcrédito produtivo orientado.”.

Assunto/Finalidade: Apreciação de Relatório.

RESULTADO: Aprovado o relatório do Deputado Otavio Leite que conclui pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 802, de

2017; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MPV e das emendas apresentadas, exceto a emenda nº 2; pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da MP e das emendas apresentadas, com exceção das emendas nºs 4 e 19; no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 802, de 2017, pela aprovação total das emendas nºs 1, 5, 7, 8, 14, 16, 18, 20 e 26 e pela aprovação parcial da emenda nº 3, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das Emendas nºs 6, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 21, 22, 23, 27 e 28.